



RELATÓRIO E CONTAS 2020

ANESPO – Associação Nacional de Escolas Profissionais

APROVADO POR UNANIMIDADE EM ASSEMBLEIA GERAL

Plataforma ZOOM, 19 de fevereiro de 2021

INDICE

	N.º Pág.
1 – APRECIÇÃO GERAL DA ATIVIDADE DA ANESPO EM 2020	3
2 – ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICAS	10
A. AFIRMAÇÃO INSTITUCIONAL DA ANESPO E DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS	10
B. COMEMORAÇÕES DO 30º ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS	16
C. QUADRO REGULAMENTAR E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	17
D. MODELO PEDAGÓGICO, CONSOLIDAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE GARANTIA	19
E. CONTRIBUIÇÃO PARA CONCRETIZAÇÃO DAS POLÍTICAS NACIONAIS E DOS OBJETIVOS COMUNITÁRIOS	22
F. VIDA ASSOCIATIVA, ORGANIZAÇÃO INTERNA E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS	25
G. PROJETOS E PARCERIAS	27
3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
4 – CONTAS DE GERÊNCIA	32
4.1 – CONTEXTO ECONÓMICO E SOCIAL	32
4.2 – BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	33
4.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	34
4.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	35
4.5 – DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2020	36
4.6 – ANEXO	37

I – APRECIÇÃO GERAL DA ATIVIDADE DA ANESPO EM 2020

A apresentação do presente Relatório e Contas decorre do imperativo estatutário que obriga a Direção a elaborar e apresentar estes documentos às entidades associadas para efeito de análise, discussão e aprovação em Assembleia Geral.

A sua análise permite comparar as ações previstas no Plano de Atividades e Orçamento e o efetivamente concretizado no mesmo horizonte temporal.

Tratando-se de instrumentos que refletem o ambiente político, económico e social em que se inscreve a atividades da ANESPO e das escolas profissionais, este é também o momento para se refletir sobre as dimensões de contexto que as condicionaram e continuam a condicionar.

Quando na Assembleia Geral de finais de 2019 foi aprovado o Plano de Atividades para 2020, estávamos longe de imaginar o que nos esperaria. As primeiras notícias sobre a epidemia da Covid-19 começaram a despontar no final do ano e, rapidamente, evoluiu para uma situação de pandemia, que viria a obrigar a encerrar grande parte da atividade económica e dos serviços, incluindo os estabelecimentos de ensino, a partir de 13 de março.

O que se passou depois, nos restantes nove meses do ano, é por demais conhecido e foi vivido por todas as escolas, por todos os dirigentes e colaboradores de forma intensa, procurando encontrar respostas e soluções para problemas novos e imprevisíveis.

As atividades letivas passaram a ser feitas exclusivamente a distância e, em maio, foi possível retomar alguma atividade presencial na perspetiva da conclusão do ano letivo, nomeadamente para alunos em anos terminais.

O ano letivo 2020/2021 arrancou no tempo próprio, assente na base presencial. Contudo, em cada escola, em cada contexto, foi necessário proceder a ajustamentos de resposta aos problemas concretos, mantendo as turmas em funcionamento na base presencial, mas com situações temporárias de suspensão ou de modelo misto, com alunos em aula e outros da mesma turma a acompanhar a distância.

Apesar das dificuldades, a ANESPO e as escolas profissionais deram sinais de vitalidade, revelaram capacidade de responder à adversidade e, no essencial, nas novas condições, sempre imprevisíveis, foi possível assegurar as atividades letivas do atual ciclo letivo.

A ANESPO tinha previsto no Plano de Atividades para 2020 um conjunto de iniciativas relacionados com os 30 anos da abertura das 50 primeiras escolas profissionais e de entrada em funcionamento dos cursos profissionais (ano letivo 1989/1990). Uma das ações previstas para julho era o Congresso do Ensino Profissional que naturalmente teve de ser adiado para data oportuna, esperando-se que em 2021 já possa haver condições para a sua realização para a partir do balanço destes 30 anos projetarmos os 30 próximos.

A nível político-institucional, o ano de 2020 não trouxe grandes novidades. As eleições legislativas do final de 2019 permitiram ao Partido Socialista (PS) reforçar o seu peso eleitoral, ainda assim sem obter maioria absoluta o que obriga o governo a acordos com outras forças políticas que desta vez não assumem uma dimensão formal, como no mandato anterior, no contexto da chamada geringonça.

No que respeita à educação em geral, no quadro global das políticas sociais, mantendo-se no essencial a equipa ao leme do ME, era expectável continuar o caminho desenhado em 2018 no que respeita à flexibilidade curricular (DL 55/2018 e Portaria 235-A/2018) e à educação inclusiva (DL 54/2018), publicados no desenvolvimento das experiências-piloto realizadas no decurso do ano letivo 2017/2018.

A súbita suspensão das aulas presenciais e a passagem para a distância, já neste ano civil, trouxeram para a primeira linha das prioridades a preparação e operacionalização das respostas indispensáveis para responder à nova realidade, com todos os constrangimentos e todas as dificuldades inerentes. As escolas foram incansáveis, tudo fizeram para que a conectividade com os alunos se mantivesse pelos meios possíveis. Esta decisão pôs novamente em evidência o quadro de desigualdades da nossa sociedade, com muitos alunos sem forma e meios de aceder a equipamentos e plataformas digitais, obrigando as escolas profissionais a

disponibilizar os seus próprios meios para permitir que o processo pedagógico pudesse decorrer da melhor forma possível.

O ano de 2020 foi muito difícil pelas mudanças que implicou e também desafiante, como se constatou, em julho, nas Jornadas Pedagógicas, completamente digitais, que foram um momento importante de partilha e de balanço das experiências, nas quais foi possível constatar que as escolas se superaram e fizeram trabalho notável, dentro das possibilidades e dos constrangimentos decorrentes da crise pandémica.

No que respeita à organização e planeamento do ano letivo 2020/2021, com as escolas encerradas ou em atividade reduzida, desde logo as nossas associadas se viram confrontadas com a impossibilidade de alterar as ofertas formativas, porque não houve reuniões de rede, e a divulgação da oferta formativa, de forma física ou de proximidade, foi impossível tendo sido feita, predominantemente, pelas vias digitais.

Foi dentro deste enquadramento que a ANESPO decidiu lançar uma campanha de comunicação e uma imagem de marca, Escolas Profissionais de Portugal, que implicou um investimento de cerca de 100 mil euros, suportado por 60% das nossas associadas que voluntariamente se disponibilizaram para financiar uma iniciativa em prol de todas.

Uma outra dimensão que esteve muito presente na agenda educativa em 2020, foi o clássico problema das condições de acesso dos alunos diplomados com cursos profissionais ao ensino superior, sendo finalmente operacionalizado o anunciado concurso especial que permitiu a um número mais significativo de diplomados com cursos profissionais acederem a formação superior, assente sobretudo nos CTESP. Sublinhando a importância desta iniciativa, importa resolver a igualdade de oportunidades no acesso ao concurso geral.

Uma dimensão relevante, com particular impacto em 2020, é sem dúvida o problema do financiamento dos cursos profissionais das entidades privadas através do POCH. Com efeito, uma vez mais, os contratos programa assinados em 2020 para o ciclo 2020/2023 apenas cobriam o primeiro dos 3 anos letivos, tal

como os assinados em 2019 e os para o ciclo 2018/2021 que apenas cobriam os dois primeiros anos letivos. Esta situação decorre da insuficiência de dotação na programação inicial do Portugal 2020, obrigando a sucessivas reprogramações, causando grandes transtornos às escolas pela inexistência de evidências contratuais para o ciclo completo, informação essencial no acesso a crédito bancário. Sublinhe-se o esforço da gestão do POCH para assegurar formas expeditas de pagamentos, mas insuficientes para o equilíbrio de tesouraria das entidades proprietárias das escolas.

Infelizmente, uma vez mais, as condições excecionais do arranque do ano letivo 2020/2021, deixaram bem evidente a não existência de sistemas de informação e orientação vocacional credíveis que contribuam para escolhas livres, informadas e conscientes dos alunos. Apesar das dificuldades, importa registar que pelo segundo ano consecutivo aumentou o número de turmas de cursos profissionais nas escolas profissionais, embora os dados provisórios disponíveis revelem um decréscimo do número de alunos.

No que respeita aos Cursos de Educação e Formação (CEF), registou-se a redução do número de turmas nas escolas profissionais, como resultado de simplificação do processo de aprovações no ensino básico, abrangendo os alunos potenciais frequentadores desta oferta, no quadro das medidas transitórias relacionadas com a Covid-19.

Relativamente às regiões autónomas sublinha-se que, na Madeira (RAM), se continua a registar um significativo desinvestimento nas escolas profissionais privadas, em favor da prioridade dada à escola profissional pública, entretanto criada, bem como aos cursos de ensino profissional, ministrados nas escolas secundárias.

De acordo com o Relatório “Estatísticas da Educação 2018/2019 (Dados preliminares)” do Observatório de Educação da RAM, em 2018/19 estavam matriculados nos cursos profissionais um total de 3.078 alunos, dos quais 1061 em estabelecimentos privados, o que representa um rácio de 34%, enquanto que a

nível nacional, em 2019 (segundo a Pordata) de um total de 115981 alunos, cerca de 41% (47281 alunos) estavam inscritos em escolas privadas.

No que respeita à Região Autónoma dos Açores (RAA), verificou-se a reposição da oferta formativa de cursos profissionais, mantendo-se a sua oferta exclusivamente nas escolas profissionais privadas.

Particularmente relevante na atividade desenvolvida em 2020, na continuação do trabalho iniciado em 2019, foi o processo conducente ao alinhamento das escolas com o Sistema de Garantia da Qualidade, tendo como referência o quadro europeu, EQAVET. No final do ano, a maior parte das escolas já tinham concluído e obtido o respetivo selo, colocando-se doravante a necessidade de olhar para esta dimensão não como um fim em si, mas um processo contínuo.

Sublinha-se que a ANESPO teve um papel particularmente ativo neste processo, não só na perspetiva de promover informação pertinente de apoio a todas as associadas do Continente, como na condução do processo, através do CEFANESPO, com o apoio de 4 empresas especializadas, assegurando o necessário apoio técnico a cerca de 90 entidades, associadas e não associadas, sendo de referir que todas elas têm o processo concluído ou em fase de finalização no final do ano.

Quanto ao Contrato Coletivo de Trabalho (CCT), assinado no âmbito da CNEF em 2017, que pela primeira vez cobre expressamente os trabalhadores das escolas profissionais privadas, em 2020 foram introduzidos ajustamentos, acordados entre as partes, que passaram a produzir efeitos a partir de setembro. Por sua vez, a FENPROF solicitou um processo de conciliação, uma vez que não existe contrato coletivo, não tendo sido possível o seu encerramento até final do ano e não existem, para já, perspetivas sobre a sua eventual conclusão.

No que respeita à dinâmica associativa, destacamos a regular participação nas organizações nacionais de que a ANESPO é associada, CNEF e CCP. A participação na CCP tem permitido a contribuição para o reforço das preocupações a nível da formação e qualificação, que têm sido veiculadas em sede de Concertação Social.

No que respeita à CNEF, a ANESPO tem representado esta Confederação no Comité de Acompanhamento do POCH para além da articulação nacional das entidades privadas de educação e formação na salvaguarda de dimensões comuns. Sublinha-se a participação da ANESPO também na EFEE, incluindo a participação na Chair do Policy Working Group on VET (Vocational Education and Training).

No plano internacional, foi por demais evidente o impacto da pandemia. A participação nas atividades da EFEE e do EfVET fez-se sobretudo de forma virtual. Contudo, antes da suspensão ou redução drástica de voos, ainda foi possível realizar uma Peer Learning Activity (PLA), em fevereiro, em Viana do Castelo, do projeto LLL for ALL, no quadro da participação da ANESPO/CNEF na EFEE, bem como participar em Bruxelas no kick off meeting do projeto SAAM, projeto pioneiro de mobilidade com África, com o patrocínio da UE e da União Africana.

No plano interno, assistiu-se ao funcionamento regular dos órgãos da ANESPO, de forma ajustada à nova realidade. A Direção passou a reunir sobretudo de forma virtual e a assembleia geral ordinária para aprovação do relatório e contas de 2019 só se pode realizar em julho, num misto presencial, em Fátima, com participação a distância.

A Assembleia Geral realizada em dezembro para aprovação do Plano de Atividades para 2021, depois de consagrada essa possibilidade, por força da alteração dos estatutos na AG de julho, decorreu em ambiente virtual. Também as assembleias regionais passaram a funcionar em ambiente virtual, em todas as regiões.

No final do ano, em dezembro, também de forma virtual, realizou-se o webinar Aprender e Ensinar em Tempos de Pandemia, que permitiu uma reflexão coletiva sobre as experiências vividas em termos de funcionamento do ano letivo, bem como socializar informação sobre práticas desenvolvidas para responder a situações concretas em contextos concretos.

Em síntese, num ano em que uma epidemia, que rapidamente virou pandemia, condicionou de forma violenta as nossas vidas durante três quartas partes do ano,

as escolas profissionais souberam responder de forma pronta e o mais eficiente possível aos desafios colocados, assegurando o pleno funcionamento nas novas condições, garantindo o acompanhamento dos alunos e o desenvolvimento dos processos pedagógicos e continuando a trajetória de resiliência pois os principais problemas como, o subfinanciamento das turmas continua por resolver, os apoios para reforçar as atividades de suporte da atividade formativa e outros instrumentos pedagógicos, tardam a chegar e o processo de flexibilização curricular, em curso, foi posto à prova de forma intempestiva e inesperada.

Dentro destes constrangimentos, a ANESPO desenvolveu, ao longo do ano, uma intensa atividade com resultados visivelmente positivos, fazendo tudo o que estava ao seu alcance para apoiar as escolas num contexto anormal, nunca antes vivido, de caminhada incerta. Foi, provavelmente, o maior desafio dos últimos 30 anos, mas trouxeram à evidência de que, em condições tão adversas, as escolas profissionais e os cursos profissionais continuam a constituir um verdadeiro motor de mudança no que respeita à qualificação inicial de jovens.

2 – ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICAS

No Plano de Atividades para 2020, aprovado em Assembleia Geral realizada em São João da Pesqueira em dezembro de 2019, foram identificadas seis áreas de intervenção específicas e definiu-se dentro delas um conjunto de objetivos para o desenvolvimento e consolidação da ANESPO e das escolas profissionais.

Três meses depois, todas as escolas foram intempestivamente encerradas, as pessoas entraram em confinamento e só em setembro se ensaiou o regresso normal às atividades presenciais, sempre com a perspetiva de a qualquer momento se ter de recuar para soluções de contingência, em função da evolução dos impactos da pandemia. Felizmente, o primeiro período do ano letivo 2020/2021 decorreu sem grandes sobressaltos, as escolas mantiveram no essencial as atividades presenciais, com fluxos de alunos a acompanharem a distância.

Naturalmente, atividades previstas foram comprometidas e adiadas, mas realizaram-se outras não previstas, fruto das circunstâncias ditadas pela nova situação.

Dentro deste contexto, elencamos a seguir as atividades programadas nas diversas áreas de intervenção específica, identificando os resultados e refletindo sobre o seu grau de concretização.

A. AFIRMAÇÃO INSTITUCIONAL DA ANESPO E DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS

O ano de 2020 caracterizou-se pela manutenção do clima relacional favorável com o Governo, em particular com a equipa do Ministério da Educação, bem como com a Assembleia da República e a Presidência da República e as autoridades regionais da Madeira e dos Açores.

Com a superveniência da crise pandémica, particularmente nos dias que antecederam as declarações ou renovações dos estados de sítio/estado de emergência pelo Presidente da República, foram convocadas pelo Ministro da Educação várias reuniões conjuntas, a distância, com as associações representativas das escolas privadas (ANESPO e AEEP) e com os dirigentes das

associações que representam os Diretores das Escolas Públicas para ouvir as opiniões face à conjuntura e delinear as orientações que foram sendo dadas pelo ministério às escolas.

No que respeita à Assembleia da República, em maio foi enviado um memorando a todos os grupos parlamentares, contendo as preocupações essenciais com que as escolas profissionais se confrontavam no contexto da pandemia, tendo sido realizadas reuniões com os GP do BE, do CDS, do PAN, do PCP, do PSD e dos Verdes. Desses contactos resultaram iniciativas desses partidos em linha com as preocupações transmitidas.

No decurso do ano de 2020 e, particularmente depois da declaração do estado de emergência e da passagem das escolas para o ensino e formação a distância, foram sendo estabelecidos contactos regulares com os assessores, para a área da educação, da Casa Civil do Presidente da República, para poderem informar o Presidente da República sobre a forma como as escolas profissionais estavam a lidar com a crise pandémica.

Em termos de balanço com a equipa do ME, mantivemos contactos permanentes, sendo realizadas cinco reuniões formais – presenciais e virtuais – com o Secretário de Estado Adjunto e da Educação, João Costa, em função das exigências da situação e da premência das questões em análise.

Quanto às regiões autónomas, mantiveram-se as relações regulares com os respetivos governos regionais. No que respeita à RAA, no final de 2020 registou-se mudança de governo, para uma coligação liderada pelo PSD, sendo expectável que se mantenha a cooperação institucional verificada até agora.

No que respeita às comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), estruturas relevantes da administração pública descentralizada, nomeadamente na gestão dos PO regionais, as relações institucionais continuam a ser pouco profícuas, com a rara exceção de Lisboa, onde há contactos regulares e, em 2020, chegou a ser preparado um concurso para equipamentos destinados a alunos das escolas profissionais, que acabou por não se concretizar ainda.

A participação nos órgãos de consulta institucionais em que a ANESPO tem assento foi assegurada de forma regular, CNE, CS11 e Comissão de Acompanhamento do POCH, em que integramos a delegação da CNEF. Registe-se ainda que em 2020 voltou a reunir o Conselho Consultivo da ANQEP, corrigindo uma lamentável situação, esperando-se que entre em velocidade de cruzeiro.

Relativamente à ANQEP refere-se o lançamento do Concurso público internacional para a atualização do CNQ para prosseguir com a atualização do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), constituído por 22 lotes, correspondendo cada um a uma área profissional e de qualificação.

Sublinha-se que a ANESPO liderou um consórcio que se candidatou a 18 dos 22 lotes, contando com o apoio e contributo ativo de diversas entidades associadas em consórcio onde estão representados parceiros sociais, empresas de consultoria, universidades e politécnicos. Contudo, por razões processuais, o concurso veio a ser anulado, aguardando-se a sua abertura para breve e, naturalmente, a ANESPO irá de novo posicionar-se para o efeito.

O CNE dedicou a Parte IV do Relatório relativo ao ano de 2019 à experiência dos 30 anos do lançamento dos cursos profissionais. Para ilustrar a relevância da temática, passadas que são três décadas de trabalho em prol da educação e formação, a Comissão da qual fez parte a ANESPO, identificou um conjunto de aspetos a realçar sobre relacionados com as ofertas de dupla certificação, de nível secundário, e elencou um conjunto muito diversificado de atores que vai desde diretores de escolas, como o VP Alexandre Oliveira, antigos e atuais dirigentes da ANQEP, respetivamente, Gonçalo Xufre e Filipa de Jesus, a académicos como Matias Alves, Luísa Orvalho e Regina Matos de Almeida que foram, formalmente, convidados a participar.

Refira-se igualmente que o CNE integrou a temática do acesso ao ensino superior numa das suas reuniões plenárias e aprovou uma “Recomendação sobre o acesso ao ensino superior e a articulação com o ensino secundário” que contou com a reflexão e com os contributos da ANESPO.

A ANESPO, na qualidade de membro efetivo da CS11, Comissão Setorial dedicada à Educação e Formação promovido pelo Instituto Português da Qualidade, participou ao longo do ano de 2020 em diversas sessões plenárias destacando a participação na promoção da Agenda 2030 através do desenvolvimento de competências associadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Foi ainda dinamizada formação sobre os ODS para dirigentes e líderes de vários setores. A ANESPO teve ainda um papel direto na apresentação do Ensino Profissional nesta comissão. Maioritariamente composto por elementos do Ensino Superior, partilhando um conjunto de especificidades das nossas modalidades educativas e formativas pouco conhecidas pelos restantes membros da comissão. Adicionalmente participamos na definição das linhas prioritárias de ação para o ano de 2021 desta comissão que será focará na introdução da qualidade nos vários instrumentos curriculares existentes no nosso sistema nacional de qualificações.

No que respeita ao CCT, processo que decorre no âmbito da CNEF, sublinhe-se a continuação das negociações com a FENPROF sem se ter encontrado acordo até ao encerramento do ano. Quanto ao CCT assinado no âmbito da CNEF em 2017, que pela primeira vez cobre expressamente os trabalhadores das escolas profissionais privadas, em setembro de 2020 entrou em vigor um conjunto de alterações acordadas entre as partes.

No que respeita aos contactos com os países de língua oficial portuguesa, dadas as circunstâncias, não se assinalaram progressos significativos em 2020, num ano em que se esperavam significativos progressos, nomeadamente no âmbito do Projeto SAAM. O Diretor Executivo da ANESPO, que foi indicado pelo ME como perito nacional do Grupo de Trabalho Ensino Técnico Profissionalizante da CPLP, participou nas suas atividades, incluindo a Conferência promovida pela presidência de Cabo Verde, realizada de forma virtual em novembro.

No que respeita à afirmação da ANESPO e das escolas profissionais junto do público em geral, das empresas e dos pais e encarregados de educação, as circunstâncias impuseram a realização de uma campanha de comunicação sob a

marca Escolas Profissionais de Portugal que, tendo como objetivo imediato sensibilizar alunos do final do básico para as nossas ofertas, contribuiu também para uma divulgação mais ampla da realidade e do potencial das nossas escolas.

Evidenciamos a seguir as ações previstas no Plano de Atividades e o respetivo grau de concretização:

<p>a. Reafirmação do papel das escolas profissionais junto dos ministérios e das secretarias regionais que tutelam as escolas profissionais, respetivamente, no continente e nas regiões autónomas designadamente através:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Audiências com membros do governo a nível nacional e regional; • Audiências com Grupos Parlamentares; • Reuniões com as estruturas desconcentradas da administração central (CCDR). 	80%
<p>b. Participação ativa nos órgãos de consulta institucionais em que a ANESPO tem assento, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conselho Nacional de Educação (CNE); • Conselho Consultivo da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP); • Comissão Setorial de Educação do Instituto Português da Qualidade (CS11). 	90%
<p>c. Reforçar o contato com os representantes dos agentes económicos e sociais, nomeadamente as associações sindicais e patronais.</p>	70%
<p>d. Continuar as negociações com os sindicatos afetos à FENPROF com vista à celebração de um CCT aplicável</p>	30%

<p>aos colaboradores das escolas profissionais.</p>	
<p>e. Avaliar o impacto da assinatura do CCT com os sindicatos afetos à FNE, no âmbito da CNEF, e introduzir, em sede de negociação futura, as melhorias julgadas de interesse pelas partes contratantes.</p>	<p>90%</p>
<p>f. Intensificar e aprofundar contactos com as autoridades dos países dos PALOP e CPLP, tendo em vista equacionar a realização de trabalho cooperativo.</p>	<p>10%</p>
<p>g. Continuar a promover a ANESPO e as escolas profissionais junto da opinião pública, dos jovens e das famílias, através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Divulgação de boas práticas e resultados alcançados pelas escolas e por diplomados com cursos profissionais; • Valorização do contributo que as escolas profissionais deram ao País nos últimos 30 anos, contribuindo para a elevação das qualificações e a definição de modos de vida de centenas de milhares de jovens; • Exploração do potencial das redes sociais, nomeadamente do facebook e dinamização da página web. 	<p>60%</p>

B. COMEMORAÇÕES DO 30º ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS

Todas as atividades previstas foram suspensas, dadas as circunstâncias. O Congresso dos 30 anos previsto para julho foi adiado, bem como a gala que estava em significativo estado de preparação para os dias do Congresso, envolvendo uma dezena de escolas ligadas às artes e à comunicação.

As tradicionais feiras, Qualifica (Matosinhos) e Futuralia (Lisboa), espaços onde a participação das escolas profissionais funciona como âncora, também foram canceladas.

Evidenciamos a seguir as ações previstas no Plano de Atividades e o seu grau de concretização nas condições específicas referidas:

Encontro de Dirigentes de escolas e entrega de certificado de distinção às escolas que completaram 30 anos	SUSPENSA
Realização de dois encontros de alunos que permitam o conhecimento mútuo entre alunos de escolas profissionais de diferentes regiões e contextos	SUSPENSA
Participação na Qualifica (Porto) e na Futurália (Lisboa)	SUSPENSA
Realização de gala do ensino profissional em cooperação com o INATEL	SUSPENSA
Realização do Congresso da ANESPO	SUSPENSO

C. QUADRO REGULAMENTAR E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Como já foi sublinhado, o problema do financiamento das escolas com os apoios FSE, em particular via POCH, constituíram uma grande fonte de preocupação e da intervenção da ANESPO em 2020, tal como nos anos anteriores, situação que se arrastará até pelo menos 2021.

Se, no que respeita aos fluxos de financiamento, se alcançou uma situação de quase normalidade, a escassez de recursos programados inicialmente no programa setorial, obrigou a sucessivas reprogramações e, mesmo assim, ao funcionamento em overbooking. Para além dos problemas criados às escolas por não disporem de evidências quanto a financiamento a 3 anos, mas contrato para apenas um, nas suas negociações com a banca, estes ajustamentos sucessivos contribuíram para atrasos no lançamento dos concursos e, conseqüentemente, alargamento dos prazos para análise e decisão.

No que respeita à AML e ao Algarve, com financiamento exclusivamente nacional por via da DGEstE, realçamos a estabilidade nos fluxos financeiros dos cursos profissionais e dos CEF.

No que respeita às regiões autónomas, assinala-se que há neste momento maior fluidez nos pagamentos através dos respetivos programas operacionais regionais, depois de superados problemas com o sistema de informação.

Importa salientar que, uma vez mais, chegamos ao fim de outro ano sem que alguns aspetos relacionados com os financiamentos há muito reclamados pela ANESPO tenham sido concretizados. As conversações existentes em diferentes frentes, permitiram alimentar a expectativa de que finalmente fosse possível, no mínimo, repor o corte arbitrário de 2012, mas essa possibilidade gorou-se e entramos em 2021 com tabelas com elevado nível de erosão, não revistas há praticamente uma década, altura em que, de resto, foi feita em baixa.

No que respeita às medidas relacionadas com a flexibilidade curricular e a educação inclusiva, a partir de meados de março as escolas profissionais foram confrontadas com a necessidade de promover respostas flexíveis, face a

circunstâncias imprevistas e inesperadas, no sentido de assegurar que todos os alunos, sem exceção, continuassem ligados à escola no processo de ensino/aprendizagem. Máxima flexibilidade possível, em favor de uma escola para todos, foi o grande desafio de 9 meses de 2020.

Neste contexto, a ANESPO tudo fez no sentido da garantia de acesso a equipamentos para os alunos acompanharem as atividades letivas a distância, mas sem sucesso, apesar de haver muitos recursos disponíveis nos programas operacionais regionais. Valeu o espírito de iniciativa das escolas que cederam os equipamentos disponíveis em salas de aulas, bem como conseguiram mobilizar o apoio de empresas, autarquias e outras entidades para reduzir o risco de exclusão e promover a igualdade de oportunidades.

Tendo em conta os objetivos definidos no Plano de Atividades de 2020, referimos a seguir as ações previstas e o respetivo grau de concretização:

<p>a. Promover uma reflexão alargada, tendo em vista, soluções equilibradas assentes na experiência dos últimos anos e tendo em conta o novo período de programação, sobre</p> <ul style="list-style-type: none"> • O modelo de financiamento das diferentes ofertas formativas dirigidas a jovens e a adultos no plano nacional e regional/local; • O planeamento e organização da rede de oferta das diferentes ofertas dirigidas a jovens e adultos. 	60%
<p>b. Adotar uma postura proactiva quanto à implementação das mudanças em curso no currículo, à flexibilidade curricular e à valorização da educação inclusiva;</p>	70%
<p>c. Acabar com as discriminações quanto ao acesso ao ensino superior pelos alunos que completam o</p>	60%

secundário através dos cursos profissionais;	
d. Acompanhar de perto e propor soluções às entidades regionais dos Açores e Madeira no que respeita a medidas relacionadas com o funcionamento e financiamento dos cursos profissionais e outras modalidades desenvolvidas pelas escolas em cada uma das regiões;	75%
e. Promover o debate em torno dos apoios aos alunos, tendo em vista a garantia da igualdade de tratamento e permitir o acesso a cursos profissionais de jovens que vivem em regiões de baixa densidade e menor oferta, via apoio para transportes e alojamento;	70%
f. Suscitar junto do Governo e da administração o esclarecimento cabal sobre as condições de acesso de alunos estrangeiros aos cursos profissionais, tendo em vista criar um quadro estável e coerente, em linha com as orientações politicamente expressas;	50%

D. MODELO PEDAGÓGICO, CONSOLIDAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE GARANTIA

Relativamente aos objetivos definidos no Plano de Atividades, o ano de 2020 anunciava-se como relevante no aprofundamento das medidas relativas à flexibilidade curricular e avaliação das aprendizagens, na sequência da publicação e entrada em força do DL nº 55/2018, bem como de regulamentação específica, através da Portaria 235-A/2018.

Este processo, desencadeado na sequência do trabalho desenvolvido em torno dos trabalhos sobre o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, tem uma complementaridade óbvia no DL 54/2018 sobre a educação inclusiva.

Infelizmente, as circunstâncias implicaram que as escolas investissem menos na postura mais proativa neste caminho, sobrepondo-se a dimensão reativa fruto das circunstâncias resultantes da crise pandémica.

É nesse contexto que devemos enquadrar as Jornadas Pedagógicas (JP) realizadas em julho, não previstas no Plano de Atividades, por ser ano de Congresso, mas que as circunstâncias exigiram. Foi decidido criar para o efeito o Grupo de Trabalho Covid – 19, constituído pelos Diretores pedagógicos das escolas que integram a Direção da ANESPO.

As JP realizaram-se nos dias 16 e 17 de julho, funcionando em modo virtual, em sessões plenárias e mesas de trabalho paralelas sob o mote as metodologias certas em tempos incertos. Mais de 300 participantes refletiram sobre o trabalho realizado, os obstáculos encontrados, as dificuldades superadas e, ao mesmo tempo, debateram aspetos relacionados com a preparação do novo ano letivo nas condições em que era exetável o regresso às atividades presenciais.

Como corolário destas JP, o GT organizou ainda em dezembro um webinar sobre aprender e ensinar em tempos de pandemia, focado nas práticas e nas dificuldades sentidas no regresso às atividades presenciais e na preparação do primeiro trimestre de 2021.

Outra dimensão pela qual a ANESPO tem puxado com muita insistência, respeita à integração dos cursos profissionais no Catálogo Nacional das Qualificações (CNQ) e, conseqüentemente, à necessidade de o revitalizar e ajustar às necessidades e desafios da economia e da sociedade atuais.

A ANQEP decidiu lançar um concurso internacional, dividido em 22 lotes setoriais, no sentido de fazer o diagnóstico e apostar numa abordagem integradas do CNQ. Ciente das suas responsabilidades, a ANESPO liderou um vasto consórcio com empresas, universidades e parceiros sociais que se candidatou a quase todos os

lotrs, contando com a colaboração de técnicos e quadros das escolas profissionais. Infelizmente, por razões processuais, o concurso foi anulado e não voltou a ser lançado, atrasando ainda mais um processo que se arrasta há demasiado tempo.

Finalmente, o processo relacionado com o alinhamento das escolas profissionais com sistemas de qualidade, tendo como referência o EQAVET, mobilizou a ANESPO e as escolas profissionais em 2019, na perspetiva da conclusão a partir de meados de 2020.

Foi na realidade uma dinâmica imparável, ligeiramente dilatada no tempo pelas circunstâncias da pandemia e das escolas encerradas, mas no final do ano a esmagadora maioria das escolas associadas da ANESPO obtiveram o respetivo selo, a maior parte das quais com o apoio direto da ANESPO, via CEFANESPO e empresas com experiência nesta área, contratadas para o efeito.

Referimos a seguir as ações previstas e o respetivo grau de concretização:

<p>a. Afirmação da lógica da inovação pedagogia disruptiva, como marca distintiva das práticas pedagógicas das escolas profissionais concorrendo para a reafirmação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Da potenciação das virtualidades da estrutura modular e macro modular; • Da aposta na pedagogia do projeto e no trabalho em grupo; • Da consagração da pedagogia da individualização como fator integrador, • Da potenciação da alternância entre a formação na escola e a formação em contexto de trabalho. 	<p>80%</p>
--	------------

<p>b. Alargamento a outras áreas de formação e generalização da experiência piloto em curso no que respeita à organização dos cursos profissionais com base em resultados de aprendizagem.</p>	<p>60%</p>
<p>c. Continuação dos trabalhos em curso, em conjunto com a ANQEP, com vista à revisão curricular e à integração dos cursos profissionais no CNQ, bem como apresentação de propostas para novos perfis que respondam às novas necessidades do mercado de trabalho.</p>	<p>30%</p>
<p>d. Desenvolvimento de um trabalho sistemático com a ANQEP e o POCH, tendo em vista garantir que até ao final do ano de 2020 a generalidade das escolas profissionais tenham implementado o sistema de garantia de qualidade alinhado com as exigências europeias no contexto do EQAVET.</p>	<p>90%</p>

E. CONTRIBUIÇÃO PARA CONCRETIZAÇÃO DAS POLÍTICAS NACIONAIS E DOS OBJETIVOS COMUNITÁRIOS

Debaixo do efeito da crise pandémica provocada pela COVID-19 e a consequente mudança do sistema de ensino, de regime presencial para ensino a distância, o ano de 2020, atento o esforço empreendido pelas EP para não deixar nenhum aluno para trás, ficou marcado pelo extraordinário contributo dado pelas escolas profissionais para a promoção da inclusão, a redução do abandono escolar precoce, como muito bem evidenciam os dados do INE, recentemente publicados.

Mesmo tendo tido que passar, de forma abrupta, do sistema presencial para a formação a distância, as escolas profissionais cederam os equipamentos

informáticos aos alunos mais desfavorecidos para que continuassem pedagogicamente ativos.

Da mesma forma, foi possível garantir que os alunos dos anos terminais dos cursos profissionais e dos CEF concluíssem o seu percurso formativo mantendo elevados padrões de qualidade nas avaliações e na prestação de provas.

No caso das PAP foi necessário recorrer à máxima flexibilidade organizacional para assegurar que este momento alto do percurso formativo se realizasse com as exigências e a dignidade que o ato merece e justifica.

A definição da rede de oferta, a organização e planeamento e o recrutamento de alunos para o ano letivo 2020/2021 decorreram em condições especiais, com replicação dos cursos e turmas que abriram no ano anterior e com acrescidas dificuldades em chegar com a nossa informação aos alunos em final do ensino básico.

Apesar das dificuldades, as escolas profissionais conseguiram mobilizar um número aproximado de alunos ao do ano anterior, graças ao prestígio e reconhecimento, sabendo-se que em muitos contextos essa é uma marca que oferece garantias e confiança.

No que respeita à estruturação da oferta formativa, no âmbito das Comunidades Intermunicipais (CIM) e das Áreas Metropolitanas (AM), em interligação com a ANQEP e DGEstE, a ANESPO tem sérias reservas quanto à metodologia de trabalho na organização da rede, tendo como referência de partida as prioridades identificadas no Sistema de Antecipação de Necessidade de Qualificações (SANQ), mas nem esse mecanismo pode ser devidamente operado no lançamento do novo ano letivo.

A ANESPO continuou e continuará a bater-se até à exaustão pela criação de condições para que exista um processo universal, autónomo de informação e orientação vocacional para os alunos que concluem o ensino básico, no sentido de lhes assegurar toda a informação e uma escolha livre, esclarecida e consciente da

via a seguir no ensino secundário, mas as condições especiais de 2020 não permitiram que se progredisse nesse sentido.

Quanto ao acesso ao ensino superior por parte de alunos que concluem o secundário por via dos cursos profissionais, não se verificaram progressos nas condições de acesso que garantam igualdade de acesso no concurso geral, mas registou-se um incremento significativo, através de concurso especial dedicado, embora tendo como destino os CTESP.

A ANESPO regista com apreço a possibilidade de mais diplomados com cursos profissionais poderem optar pelo prosseguimento de estudos, mas não deixará de reclamar um tratamento mais equitativo no acesso ao concurso geral.

<p>a. Exigir a definição de estratégias que permitam aferir as necessidades do tecido económico e social de cada região, tendo em vista a promoção do emprego, a promoção da inclusão social e o combate ao abandono escolar precoce.</p>	<p>60%</p>
<p>b. Promover o trabalho de identificação dos centros de interesse dos jovens que frequentam o último ciclo do ensino básico tendo em vista orientá-los em função das duas vias constantes da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE).</p>	<p>30%</p>
<p>c. Acompanhar e apoiar os alunos com vista ao sucesso educativo e formativo, tendo em conta a eventual necessidade de mediação social e educacional.</p>	<p>70%</p>
<p>d. Incentivar as associadas para que contribuam para encaminhar para o ensino superior os diplomados que não pretendam ou consigam integrar-se de imediato no mundo do trabalho ou pretendam conciliar trabalho com prosseguimento de estudos.</p>	<p>80%</p>

F. VIDA ASSOCIATIVA, ORGANIZAÇÃO INTERNA E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

Apesar dos constrangimentos e da situação adversa, em 2020 foi assegurado o funcionamento regular dos órgãos. Assim, a Direção manteve o ritmo regular de reuniões mensais, a Assembleia Geral reuniu por duas vezes, realizaram-se 2 sessões das Assembleias Regionais em cada região do Continente e uma das regiões autónomas.

Ainda antes do período de contingência, foi possível realizar uma sessão de trabalho sobre contratação pública em Ponta Delgada, Açores, com o apoio do POCH e da autoridade de gestão do PO regional.

A AG ordinária para aprovação do relatório e contas de 2019 só pode realizar-se em julho em Fátima, dentro dos prazos legais ajustados pelas medidas extraordinárias de resposta à crise, uma vez que os estatutos não previam explicitamente a possibilidade de se realizar de forma virtual. Esta mesma AG aprovou alterações aos estatutos, permitindo essa possibilidade, embora já tenha funcionado de forma mista. Para todos os efeitos só puderam votar os representantes das associadas presentes, mas todas as outras puderam participar e intervir a distância. A AG ordinária de dezembro já decorreu exclusivamente de forma virtual.

Com esta alteração aos estatutos, foi também criada uma delegação da ANESPO no Norte, em instalações cedidas pela TERCIFORMA/Escola de Comércio do Porto, decisão justificada por razões operacionais dada a maior concentração de escolas acima do Tejo e também por razões instrumentais, quanto ao acesso a programas territorializados, como, a título de exemplo, o Sistema de Apoio a Ações Coletivas, no âmbito do COMPETE.

A participação regular na CNEF foi assegurada, tendo como referência particular a negociação e implementação do CCT, e estratégias de coordenação das intervenções das entidades provadas que operam na educação, bem como manteve

a participação regular nas estruturas da CCP, beneficiando de informações relevantes e participando no debate sobre diferentes temáticas, nomeadamente as abordadas no Conselho Económico e Social e na CPCS onde a confederação tem assento.

A nível internacional, a ANESPO continua a assegurar a participação regular nas atividades desenvolvidas pelo EfVET e em que participam cada vez mais escolas, em boa parte como resultado do sucesso da Conferência anual realizada em Ponta Delgada no final de 2019, que pela primeira vez em 28 edições, ultrapassou os 300 participantes provenientes de toda a Europa. A Conferência anual de 2020, prevista para a Finlândia, decorreu em ambiente virtual, contando com a participação de mais de duas dezenas de representantes das escolas profissionais.

Desde 2018 e no âmbito da CNEF, a ANESPO participa regularmente nas actividades e em projetos da European Federation of Education Employers (EFEE), entidade que tem um papel relevante no diálogo social europeu nos domínios da educação. De destacar a participação nas actividades do projecto LLL for ALL que envolve organizações de empregadores e sindicais de professores de diferentes países europeus.

Foi ainda assegurado o contacto regular com as associadas, nomeadamente através do envio de notas informativas contendo informação relevante e alertas para temáticas pertinentes e do interesse das associadas. Em 2020 foram emitidas 248, o que na prática corresponde em média a uma por cada dia útil.

Ao longo de 2020, a ANESPO lançou 6 inquéritos junto das suas associadas visando ter informação credível e sustentada sobre diferentes problemáticas ou ajudar na tomada de decisão sobre dimensões relevantes da vida das escolas, em particular sobre a oferta formativa e as respostas à crise.

Finalmente, refira-se que em 2020 foram desenvolvidos esforços no sentido da revitalização do CEFANESPO, que teve um papel relevante na coordenação do apoio às entidades que trabalharam com a ANESPO na implementação do EQAVET.

Relativamente aos objetivos definidos no Plano de Atividades de 2020, referimos a seguir as ações previstas e o respetivo grau de concretização:

a. Apetrechar a ANESPO e o CEFANESPO com os recursos necessários tendo em vista a implementação dos sistemas de garantia da qualidade alinhados com o EQAVET.	90%
b. Continuar a participar ativamente na CNEF enquanto estrutura agregadora das principais entidades privadas que intervêm nos domínios da educação e da formação.	90%
c. Potenciar as vantagens decorrentes da filiação na CCP, através de uma maior participação na vida da confederação, do recurso aos seus serviços e da participação nas estruturas tripartidas, nomeadamente de concertação social.	80%
d. Continuação dos trabalhos de modernização dos serviços da ANESPO, dotando-os de maior capacidade de resposta às questões colocadas pelos associados.	90%
e. Trabalhar no sentido de aumentar o número de associados e criar mecanismos que potenciem o aumento da sua participação na vida da Associação.	50%
f. Desenvolver atividades de formação contínua acreditadas, dirigidas a professores, formadores, técnicos e pessoal não docente.	30%
g. Potenciar as oportunidades abertas pela participação da ANESPO enquanto associada do EFVET e da EFEE, nomeadamente no quadro do aprofundamento da	50%

reflexão pedagógica e realização de estudos comparados.	
---	--

G. PROJETOS E PARCERIAS

A ANESPO continuou a assegurar a participação regular nos projetos ERASMUS+ em que é ou foi, ou continua a ser, parceiro.

São projetos relacionados com problemáticas importantes para as escolas profissionais, nomeadamente a orientação vocacional e profissional, a ligação das escolas às empresas e a organização da formação em contexto de trabalho, a promoção da qualidade dos estágios e das mobilidades internacionais, a dimensão das Soft Skills como determinantes no mercado de trabalho, nos quais, na medida do possível e das necessidades foi assegurado o envolvimento de várias associadas.

No que respeita ao projeto Understanding My Journey – UMJ (KA2), foram criados momentos de partilha com várias associadas, desenvolveram-se ferramentas para dar uma resposta ao perfil de competências dos alunos e foram dados contributos para a criação de um manual para ajudar os formadores na aplicação e desenvolvimento de Soft Skills, tendo ainda sido efetuadas sessões de esclarecimento abertas a todas as associadas, sobre os outputs deste projeto.

No âmbito do projeto Quality +(KA2), que se prolonga para 2021, na linha do que estava preconizado, vários aspetos da documentação inerente aos alunos e escolas que efetuam mobilidades Erasmus KA1 foram trabalhados e analisados com diferentes associadas da ANESPO.

A ANESPO conseguiu assegurar a sua participação em todos os projetos para os quais foi convidada no âmbito dos Erasmus KA3, entre os quais o projeto SAAM – Supporting Alliance for African Mobility, neste consórcio composto por 27 organizações, de oito países da União Europeia e dezassete países africanos.

Este é um projeto sem precedentes que terá como base uma aliança estratégica potente entre países africanos e europeus de forma a ter um impacto relevante nos

professores e alunos do EFP – Ensino e Formação Profissional, que representam o principal alvo do projeto.

O SAAM procura atingir as capacidades dos centros e entidades que oferecem formação profissional em África e na Europa através de atividades de mobilidade.

A ANESPO irá participar em mais dois projetos KA3 aprovados no ano 2020 que tiveram o seu início no corrente ano, sendo eles o projeto TRANSVAL-EU – Validation of Transversal Skills Across Europe e o projeto PRALINE - Promoting Adult Learning In Networks.

Relativamente aos objetivos definidos no Plano de Atividades de 2020 referimos a seguir as ações previstas e o respetivo grau de concretização:

a. Assegurar a participação nos projetos ERASMUS+ em curso.	100%
b. Equacionar a constituição de novas parcerias, nomeadamente no âmbito dos países de expressão portuguesa ou de programas comunitários.	80%
c. Contribuir para a divulgação do novo programa ERASMUS+ e outros programas e linhas de financiamento comunitárias e nacionais.	50%
d. Analisar de forma mais consistente as possibilidades de intensificar a cooperação com os países da CPLP, quer enquanto cooperação técnica, quer quanto à estabilização de regras claras relativas à frequência de cursos profissionais por alunos estrangeiros	30%

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2020, a atividade da ANESPO foi particularmente marcada pelos impactos da pandemia e a necessidade de desenvolver respostas adaptativas a problemas novos, inesperados e imprevistos.

No decurso do ano de 2020 os velhos problemas com os quais as EP se confrontam relacionados, designadamente, com o subfinanciamento das tabelas, com as dificuldades inerentes à constituição e funcionamento das turmas e com as limitações de apoios aos alunos, não foram esquecidas, mas, antes pelo contrário, fizeram sempre parte da agenda em todas as situações em que houve diálogo com os diversos ministérios.

Sabendo-se que esses problemas decorrem do facto do POCH não ter sido dotado das verbas suficientes para financiar as EP entre 2014-2020, esperamos que esta situação não se repita e que o governo atual faça as projeções adequadas para cobrir o novo período de programação, agora, sem falhas.

No que respeita aos aspectos relacionados com o fluxo de pagamentos, nomeadamente nas áreas mais críticas como o POCH, houve significativas melhorias, mas continua a pairar no ar a insegurança e incerteza decorrentes da subdotação dedicada à formação inicial de jovens no Portugal 2020.

Apesar das dificuldades, a oferta formativa no novo ano letivo manteve-se no essencial, registou-se um ligeiro incremento do número de turmas, com redução do número de alunos, em relação a 2019/2020.

Em síntese, no decurso do ano de 2020 as escolas profissionais corresponderam, de forma positiva, aos grandes desafios com que foram postas à prova, revelando estar preparadas para os novos tempos incertos, condicionados pela evolução da pandemia.

A ANESPO e as escolas profissionais demonstraram ter uma grande capacidade de resiliência, uma postura positiva e proativa perante as circunstâncias adversas, embora não tenha sido possível progredir em algumas dimensões mais críticas que condicionam a nossa atividade e limitam a nossa operacionalidade.

Como sempre, a ANESPO tem consciência da relevância da sua história, está muito atenta às condicionantes dos tempos presentes e tudo fará para que as suas associadas no horizonte da próxima década tenham condições para funcionar num quadro de maior confiança, segurança e estabilidade.

4 – CONTAS DE GERÊNCIA

4.1 – CONTEXTO ECONÓMICO E SOCIAL

O Relatório e Contas de 2020 retrata com precisão o quadro em que nos movimentamos e o reflexo que os problemas de financiamento e de tesouraria das associadas tem na vida da Associação.

A Direção da ANESPO delineou um conjunto de ações corretivas que permitiram passar de resultados negativos em 2016 para resultados positivos desde 2017.

Independentemente das condicionantes internas e externas, a ANESPO foi sempre administrada de acordo com os princípios da qualidade, das boas práticas, da gestão criteriosa e da máxima contenção da despesa, tudo estruturado numa política de fundado pragmatismo que sempre nos tem orientado.

4.2 – BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	214 366,06	218 921,09
Investimentos financeiros	3.3	12,96	9,00
subtotal		214 379,02	218 921,09
Ativo corrente			
Créditos a receber	10.2	15 831,89	12 389,10
Estado e outros entes públicos	10.1	0,00	4 228,93
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10.2	201 295,96	162 183,63
Outros ativos correntes	10.2	7 546,27	73 120,62
Diferimentos		0,00	113,00
Caixa e depósitos bancários	5	375 811,28	134 002,77
subtotal		600 485,40	386 038,05
Total do ativo		814 864,42	604 959,14
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Reservas		247 210,05	247 210,05
Resultados transitados		284 607,09	246 506,23
Ajustamento/Outras variações nos fundos patrimoniais		11 696,54	11 696,54
		543 513,68	505 412,82
Resultado líquido do período		149 200,42	38 100,86
Total do fundo de capital		692 714,10	543 513,68
Passivo corrente			
Fornecedores	10.2	3 706,13	26 650,77
Estado e outros entes públicos	10.1	54 811,76	2 997,86
Financiamentos obtidos	6	19 900,00	19 900,00
Outros passivos correntes	10.2	43 732,43	11 896,83
subtotal		122 150,32	61 445,46
Total do passivo		122 150,32	61 445,46
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		814 864,42	604 959,14

4.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2020

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	7	590 001,11	398 215,09
Subsídios, doações e legados à exploração	8	31 353,02	76 156,93
Fornecimentos e serviços externos	10.3	-240 127,53	-173 353,26
Gastos com o pessoal	9	-104 782,06	-85 306,98
Imparidades de dividas a receber (perdas/reversões)	10.4	-62 833,54	0,00
Outros rendimentos	7	74,09	6 147,65
Outros gastos	10.5	-58 226,22	-179 200,58
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		155 458,87	42 658,85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-6 258,45	-4 557,99
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		149 200,42	38 100,86
Resultado antes de impostos		149 200,42	38 100,86
Resultado líquido do período		149 200,42	38 100,86

4.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2020

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		678 567,19	439 472,68
Pagamentos a fornecedores		-261 121,36	-178 761,73
Pagamentos ao pessoal		-87 946,46	-85 221,37
Caixa gerada pelas operações		329 499,37	175 489,58
Outros recebimentos/pagamentos		-89 407,24	-38 805,01
Fluxos de caixa das actividades operacionais(1)		240 092,13	136 684,57
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos referentes a:			
Activos fixos tangíveis		1 703,42	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		12,96	141,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento(2)		1 716,38	141,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	-19 900,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento(3)		0,00	-19 900,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		241 808,51	116 925,57
Caixa e seus equivalentes no início do período		134 002,77	17 077,20
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	375 811,28	134 002,77

4.5 – DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2020

Valores em euros

Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Outras variações de fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição em 1 de janeiro de 2020 (ESNL)	0,00	247 210,05	246 506,23	11 696,54	38 100,86	543 513,68
Resultado líquido do período de 2019			38 100,86		-38 100,86	0,00
Outras variações						0,00
Posição em 31 de dezembro de 2020 (ESNL)	0,00	247 210,05	284 607,09	11 696,54	149 200,42	692 714,10

4.6 – ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 **Designação da entidade:** ANESPO – Associação Nacional de Escolas Profissionais, contribuinte n.º.502 556 420

1.2 **Sede:** Av. 5 de Outubro, n.º. 176 1º Esq – 1050-063 Lisboa

1.3 **Natureza da atividade:** A ANESPO é uma associação particular sem fins lucrativos, de âmbito nacional, representativa das entidades proprietárias de Escolas Profissionais e desenvolve a sua atividade desde 1991 no âmbito da promoção e dignificação do ensino tecnológico, artístico e profissional ministrado nas escolas profissionais.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2020, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações de acordo com os princípios contabilísticos fundamentais previstos no Sistema Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º.158/2009, de 13 de julho e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º.36-A/2011 de 9 de março e demais legislações complementares.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

Aviso n.º.8259/2015 de 29 de julho - NCRF-ESNL

Portaria n.º.220/2015, de 24 de julho – Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF)

Portaria n.º.218, de 23 de julho – Código de Contas (CC)

DL n.º. 98/2015, de 2 de junho

Portaria nº.105/2011, de 14 de março - MDF

Portaria nº.106/2011, de 14 de março - CC

Aviso nº.6726-B/2011, de 14 de março – NCRF-ESNL

Portaria nº.986/2009, de 7 de setembro

DL nº.158/2009, de julho - SNC

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

- No presente período não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis.

- Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020 são comparáveis em todos os aspetos significativos com valores do período de 2019.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Estas políticas têm sido consistentemente aplicadas a todos os anos, salvo indicação em contrário.

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras~

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico tendo por base a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) e os seguintes pressupostos:

- Continuidade (da atividade)

- Regime de acréscimo (gastos e ganhos reconhecidos no período económico)
- Consistência na preparação (manter as políticas contabilísticas)
- Materialidade e agregação (cada classe material de itens apresentada separadamente)
- Não compensação (de saldos ativos e passivos)
- Informação comparável (em relação ao ano anterior)

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações. O custo de aquisição inclui o custo de compra, o iva, por não ser dedutível e quaisquer outros custos atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

O terreno encontra-se mensurado a 25% do valor de imóvel.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo de linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil para cada grupo de bens.

3.3 Investimentos financeiros

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo autónomo. É financiado pelas entidades empregadoras, sendo a entidade gestora o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P.

O FCT é um fundo individual de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato dos seus trabalhadores.

Este regime foi instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto e é de adesão obrigatória para todas as entidades empregadoras que celebram contratos de trabalho ao abrigo do código do trabalho a partir do dia 1 de outubro de 2013, com exceção dos casos nela previstos.

Em 31 de dezembro a Associação tinha uma participação neste fundo de 12,96€.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As imobilizações são registadas ao custo de aquisição líquido das respetivas depreciações acumuladas.

Na depreciação do edifício sede adquirido em 1999 e contabilizado por 334.934,21€ e de acordo com o Decreto Regulamentar que estabelece o regime das depreciações, 25% do valor do imóvel é atribuído ao valor do terreno que não é sujeito a depreciação, no valor de 74.941,56€.

No entanto o seu VPT – Valor Patrimonial Tributário atual é de 173.240,00€

Atualização pela Autoridade Tributária comunicada no início de 2021, que estava avaliado em 145.774,30€.

As taxas de depreciação são que constam DR n.º.25/2009, 14 de setembro, atualizado pelo DR n.º.4/2015, de 22 de abril.

<i>Descrição</i>	<i>2020</i>	<i>2019</i>
<i>Valor líquido no início do período</i>	<i>218.921,09€</i>	<i>223.479,08€</i>
<i>Aquisições</i>	<i>1.703,42€</i>	<i>--€</i>
<i>Depreciações do exercício</i>	<i>-6.258,45€</i>	<i>-4.557,99€</i>
<i>Valor líquido no final do período</i>	<i>214.366,06 €</i>	<i>218.921,09 €</i>

5. FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF2, utilizando o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos.

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o saldo de caixa e seus equivalentes, que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários, detalha-se como segue:

<i>Descrição</i>	<i>2020</i>	<i>2019</i>
<i>Numerário</i>	<i>38,78€</i>	<i>400,34€</i>
<i>Depósitos bancários</i>	<i>375.772,50€</i>	<i>133.602,43€</i>
<i>Totais Caixa e seus equivalentes</i>	<i>375.811,28€</i>	<i>134.002,77€</i>

6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A ANESPO durante o ano não amortizou empréstimos de anos anteriores.

Mantem-se a dívida à *Insignare - Associação de Ensino e Formação* no valor de 19.900,00€, que será liquidada no início de 2021.

7. RENDIMENTOS

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes ganhos:

Descrição	2020	2019
<i>Prestações de serviços</i>	590.001,11€	398.215,09€
<i>Quotas associados</i>	166.488,00€	164.825,00€
<i>Jornadas pedagógicas</i>	---€	9.260,00€
<i>Campanha/Pub 2020</i>	85.200,00€	---€
<i>EQAVET</i>	333.483,11€	208.760,09€
<i>Oficina reflexão/Formação Contínua</i>	4.830,00€	11.520,00
<i>Outros serviços</i>	---€	3.850,00€
<i>Outros rendimentos</i>	74,09€	6.147,65€
Total	590.075,20€	194.452,27€

8. SUBSÍDIOS DOS PROJETOS

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

Subsídios à exploração	2020	2019
<i>Projeto LLL for ALL</i>	1.770,08€	1.131,51€
<i>Projeto SAAM</i>	26.115,94€	---€
<i>Projeto VET-GPS</i>	336,00€	10.261,20€
<i>Projeto UMJ</i>	3.131,00€	10.846,00€
<i>Projeto QUALITY+</i>	---€	7.068,63€
<i>Projeto ARION</i>	---€	46.849,59€
Total	31.353,02€	76.156,93€

9. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O direito às férias e subsídios de férias dos trabalhadores vence-se no final de cada ano, sendo pago no período seguinte. No entanto, o gasto correspondente é reconhecido no período em que se venceram e o serviço foi prestado por conta de outras contas a pagar.

Número médio de trabalhadores durante o ano de 2020 foi de 3 pessoas.

Os gastos incorridos com os trabalhadores foram os seguintes:

<i>Descrição</i>	<i>2020</i>	<i>2019</i>
<i>Remunerações do pessoal</i>	<i>89.553,82€</i>	<i>70.014,82€</i>
<i>Encargos sobre remunerações</i>	<i>14.083,18€</i>	<i>13.911,61€</i>
<i>Seguros acidentes de trabalho</i>	<i>788,21€</i>	<i>788,21€</i>
<i>Outros gastos com o pessoal</i>	<i>356,85€</i>	<i>592,34€</i>
<i>Total</i>	<i>104.782,06€</i>	<i>85.306,98€</i>

10. OUTRAS INFORMAÇÕES

10.1 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A ANESPO à data de encerramento das contas do período de 2020 tem a sua situação “regularizada” perante a Segurança Social, tal como à Administração Tributária.

O processo fiscal relatado nas contas de 2019 foi arquivado pela AT.

Valores a pagar no ano seguinte:

<i>Descrição</i>	<i>2020</i>	<i>2019</i>
<i>IRS dependente</i>	<i>927,00€</i>	<i>768,00€</i>
<i>IRS independente</i>	<i>---€</i>	<i>681,88€</i>
<i>IVA a pagar</i>	<i>52.309,90€</i>	<i>-4.228,93€</i>
<i>Segurança Social</i>	<i>1.567,85€</i>	<i>1.547,98€</i>
<i>FCT</i>	<i>7,01€</i>	<i>---€</i>
<i>SALDO</i>	<i>54.811,76€</i>	<i>-1.231,07€</i>

10.2 CONTAS A RECEBER E A PAGAR

<i>Descrição</i>	<i>2020</i>	<i>2019</i>
<i>Clientes</i>	<i>15.831,89€</i>	<i>12.389,10€</i>
<i>Associados (quotas + EQAVET)</i>	<i>201.295,96€</i>	<i>162.183,63€</i>
<i>Outras contas a receber/projetos</i>	<i>7.546,27€</i>	<i>73.120,62€</i>
<i>Fornecedores</i>	<i>-3.706,13€</i>	<i>-26.650,77€</i>
<i>Outras contas a pagar</i>	<i>-43.732,43€</i>	<i>-11.896,83€</i>
<i>SALDO</i>	<i>177.235,56€</i>	<i>209.145,75€</i>

10.3 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em dezembro de 2020 e 2019. Foi o seguinte:

<i>Descrição</i>	<i>2020</i>	<i>2019</i>
<i>Trabalhos especializados</i>	<i>197.010,78€</i>	<i>99.654,33€</i>
<i>Vigilância e segurança</i>	<i>795,06€</i>	<i>795,06€</i>
<i>Honorários</i>	<i>17.559,74€</i>	<i>22.564,41€</i>
<i>Conservação e reparação</i>	<i>1.976,60€</i>	<i>7.117,13€</i>
<i>Serviços bancários</i>	<i>2.599,53€</i>	<i>2.574,92€</i>
<i>Materiais</i>	<i>824,76€</i>	<i>1.301,11€</i>
<i>Energia e fluidos</i>	<i>3.213,91€</i>	<i>6.220,66€</i>
<i>Deslocações, estadas e transportes</i>	<i>6.491,39€</i>	<i>22.787,21€</i>
<i>Comunicações</i>	<i>6.394,67€</i>	<i>4.873,10€</i>
<i>Seguros</i>	<i>2.340,40€</i>	<i>2.367,79€</i>
<i>Outros serviços</i>	<i>920,69€</i>	<i>3.097,54€</i>
<i>Total</i>	<i>240.127,53€</i>	<i>173.353,26€</i>

10.4 PERDAS POR IMPARIDADES

Reconhecimentos das perdas por imparidades das dívidas de associados com quotas em atraso desde 2009 até 2019.

10.5 OUTROS GASTOS

<i>Descrição</i>	<i>2020</i>	<i>2019</i>
<i>Impostos</i>	<i>1.259,10€</i>	<i>1.264,91€</i>
<i>Dívidas incobráveis</i>	<i>41.650,00€</i>	<i>8.950,00€</i>
<i>Correções períodos anteriores</i>	<i>9.077,89€</i>	<i>163.197,17€</i>
<i>Quotizações</i>	<i>5.556,00€</i>	<i>5.556,00€</i>
<i>Outros</i>	<i>683,23€</i>	<i>232,50€</i>
<i>Total</i>	<i>58.226,22€</i>	<i>179.200,58€</i>

Dívidas Incobráveis são referentes a:

ANQ – Agência Nacional p/a Qualificação de 2011 – 6.150,00€

G&M International Instalatii de 2013 – 35.500,00€

Quotizações:

CCP – 1.356,00€

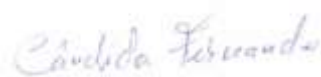
CNEF – 3.000,00€

EFVET – 1.200,00€

10.6 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data no balanço, não temos conhecimento de que tenha ocorrido algo de relevante, que possa afetar os ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

A Contabilista Certificada n.º. 5405



O Presidente da Direção

